

Agostinho da Silva, personificação do intelectual português

*Miguel Real**

1. Introdução: o intelectual português

Não deixa de causar admiração a popularização da figura e do pensamento de Agostinho da Silva no universo cultural luso-brasileiro. Mais do que Fidelino de Figueiredo, Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, Eudoro de Sousa, Eduardo Lourenço, Rodrigues Lapa, Miguel Urbano Rodrigues, Victor de Almeida Ramos e Fernando Lemos, que viveram e ensinaram no Brasil, a imagem culturalmente peregrinante e solidariamente empenhada de Agostinho da Silva personificou, para grandes sectores da comunidade pensante luso-brasileira, o arquétipo do intelectual português, incorporando nesta imagem cultural a dupla face jânica do mestre e sábio tradicional, despojado e austero, erudito e académico, mas também a do professor e companheiro, do amigo e parceiro empenhado, ambas as faces sintetizadas numa visão profética e providencialista, mentora do caminho do espírito, crente tanto nas virtudes do povo do sertão, ao modo de António Conselheiro, embora de acção pacífica e individual, quanto no inesperado do caminho da cultura, convertida em força social.

Com efeito, o paradoxo de um pensador tão deslocado do seu tempo concreto, materialista, empirista e historicista ter ganhado uma espantosa popularização, captando simultaneamente figuras intelectuais e simples populares, releva-nos para a superação desta aparente contradição entre o homem e o tempo conjuntural, indiciando-nos que tanto a sua obra como a sua figura austera e desprendida, como sobretudo a sua vida, se prendem mais ao tempo

* Miguel Real é escritor, ensaísta e ficcionista. Publicou os ensaios: *Narração, Maravilhoso, Trágico e Sagrado em Memorial do Convento, de José Saramago* (1995); *Introdução à Filosofia da Saudade no Século XX* (1998); *Ser e Representação* (1998); *Padre António Vieira e o Ano de 1666* (1999); *A Geração de 90 – Sociedade e Romance no Portugal Contemporâneo* (2001); *Eduardo Lourenço – Os Anos de Formação: 1945-1958* (2003); *O Essencial sobre Eduardo Lourenço* (2003). Obras de ficção: *A Verdadeira Apologia de Sócrates* (1998); *A Visão de Tíndalo por Eça de Queirós* (2000); *Memórias de Branca Dias* (2003). E peças de teatro (sempre em co-autoria com Filomena Oliveira): *Memorial do Convento*; *Os Patriotas*; *O Umbigo de Régio*; e *Liberdade, Liberdade!*

longo da cultura portuguesa e menos aos condicionalismos circunstanciais do presente. Neste sentido, a figura de Agostinho parece ter encarnado de um modo paradigmático, por antonomásia, a relação intemporal (ou de tempo longo) entre o intelectual português e o seu país. Nesta relação, o intelectual, afastado das instituições que regem política e socialmente o todo de Portugal e em explícita oposição a estas, por elas perseguido ou delas voluntariamente ausente e distante, sofre na sua vida individual o drama existencial da pátria, dividida entre um corpo coeso de políticos e funcionários, reitor do destino conjuntural da nação, dominando os rituais do poder e dos costumes, e um grupo culturalmente minoritário que exige para Portugal um modelo social outro que, posteriormente, passado o tempo de uma, duas gerações, se revela como salvador. Cumprindo a sua função, o intelectual, de actividade social marcante na história de Portugal, não tem sido o erudito, o estudioso, o académico, ao modo de Descartes ou de Kant, construtores de novos sistemas teóricos do mundo, que posteriormente influenciam todas as esferas da actividade humana, revolucionando a sociedade, mas aquele que no seu destino individual, no seu sofrimento existencial e na sua obra, habitualmente criada em condições pungentes ou dramáticas, se oferece como sentido de uma alternativa pátria, exprimindo uma alternativa social e cultural que posteriormente se revela mais acertada. Agostinho da Silva, a sua obra, a sua vida errante, as suas palavras futurísticas, aproximaram-se deste modelo existencial que cobre a quase totalidade dos intelectuais portugueses, cuja vida, em síntese, se pode resumir em três momentos paradigmáticos:

1. Uma fase de aproximação, de empenhamento e de voluntária adequação ou de tentativa de transformação do destino geral de Portugal;
2. Por motivos circunstanciais, que muito diferem de autor para autor, vinculando-o ao seu tempo, o intelectual português sofre, em certo momento, um profundo desencantamento com o estado conjuntural do país, cuja consciencialização o força *ou* a desistir de transformar Portugal, interiorizando-se, *ou* exilando-se no estrangeiro, abandonando o seu antigo empenhamento, concentrando-se na sua obra estética ou filosófica individual; *ou* a reiterar o seu compromisso de transformar Portugal, criando uma obra alternativa à visão social e política dominante;
3. No final da vida ou após a morte, a obra do intelectual português é recuperada pelas instituições dominantes do Estado, da Univer-

sidade ou da Igreja, que a estatui como um dos mais salientes vetores da cultura portuguesa, passando então a ser tão santificada pelas novas gerações escolares quanto antes fora abominada e desprezada pelas anteriores.

Este triplo momento, possuidor de uma configuração universalizante, mas também adequada à existência concreta de cada intelectual português, tem constituído, de certo modo, devido à contínua repetição das condições sociais e políticas gerais conjunturais desde os finais do século XVI, uma recorrente invariável da cultura portuguesa. Em síntese, têm estas condições políticas e sociais gerais obedecido a um modelo cultural e civilizacional de manifesta fidelidade a princípios políticos e religiosos reinantes na Europa do Sul desde o final dos Descobrimentos – e desde este período a intelectualidade portuguesa tem provocado rupturas com esta visão geral do mundo, buscando alternativas que tanto se têm identificado com o racionalismo presente na Europa Central e do Norte quanto, por vezes, são com este divergente, como no caso de Agostinho da Silva, buscando alternativas genuinamente portuguesas.

2. Sá de Miranda como arquétipo do intelectual português interiorizante

O alheamento, e mesmo a contraditoriedade, entre a visão teórica pessoal criada pelo intelectual português e a mentalidade portuguesa dominante encontra a sua génese e o seu princípio modelar em Sá de Miranda. Com efeito, este terá frequentado os Estudos Gerais, onde se doutorou, e onde terá exercido funções docentes, integrando-se posteriormente no ambiente social do Paço de Lisboa, praticando as formas poéticas dominantes na corte. Num longa viagem pela Espanha e pela Itália, Sá de Miranda conviveu com níveis superiores de requinte civilizacional, nomeadamente no Norte de Itália. No regresso, estanciando junto de D. João III em Coimbra, ter-se-á surpreendido pelo baixo nível de maneiras civilizacionais e pelo alto nível de interesse financeiro e patrimonial dos fidalgos cortesãos portugueses, exteriorizando uma real inadaptação ao ambiente reinante na corte, isto é, Sá de Miranda entra em conflito com a mentalidade dominante nas instituições portuguesas e com o próprio ambiente político. Isola-se, busca o exílio interior – interior no duplo sentido tanto de isolamento no “interior” do país quanto no de isolamento no “interior” de si próprio. Esta atitude de Sá de Miranda, radicalmente diferente da de Agostinho da Silva, que busca realização no

exterior do país, constituir-se-á, doravante, como uma das vertentes do paradigma existencial português: o afastamento voluntário dos centros oficiais de decisão política e cultural, a desistência expressa de nestes intervir, o isolamento interno, buscando num local rotineiro e pacífico a regeneração espiritual por que vai construindo a sua obra, num ensimesmamento próprio que se estatui como exílio no interior de si mesmo, gozando, tanto quanto lhe permitem as possibilidades políticas conjunturais do país, uma *aurea mediocritas* que toma para si como forma estrutural e existencial de vida. Com efeito, um ano após o regresso da Itália culta e renascentista, vanguarda europeia da arte, da técnica e da ciência, resultado do duplo legado greco-romano e da cúria medieval papal, incompatibiliza-se com a elite dirigente de Portugal, os modos destes, a sua visão do mundo, o seu calculismo, o seu privilégio concedido ao interesse material, e abandona a Corte, refugiando-se na região de Cabeceiras de Basto, Entre-Douro-e-Minho, onde viveu cerca de trinta anos (1528–1558), cartear-se com e respeitando a família real, mas afastando-se decididamente dos cortesãos e da nova orientação política do Reino de esfriamento do Humanismo europeu por via do bloqueamento da reforma da Universidade de Coimbra, do manifesto desejo de transformação do Império em empório comercial e do afunilamento da consciência religiosa por via da recente instauração da Santa Inquisição em Portugal. Centro de uma pequena corte de aldeia, o exílio interior de Sá de Miranda evidencia-se como uma atitude funda e recorrente do comportamento reactivo do intelectual português: um exílio interno e interior, que o protege dos sinais políticos decadentistas, repressores e isolacionistas de Portugal face à Europa culta do Centro e do Norte, vivendo na solidão e no silêncio político uma espécie de autculpabilização ou expiação do que Portugal poderia ser ou ter sido (tendo todas as condições para isso), mas não é ou não foi devido à brutalidade de rapinagem económica e especulativa das classes economicamente intermédias e da funda ignorância histórica e cultural das elites políticas portuguesas.

Assim, esta vertente do paradigma mental, existencial e cultural do intelectual português evidencia-nos: primeiro, um momento social de participante empenhamento cultural, político, filosófico, estético, científico; segundo, um momento de fundo conflito entre os ideais pessoais regeneradores do país e as ideias cristalizadas nas instituições culturais e políticas, criadoras e reitoras da mentalidade conjuntural e popular de Portugal; terceiro, como reacção, um momento de abandono, de desistência de intentar reformar estética, religiosa, social, culturalmente o país, evidenciando um cruzar de braços

e um sentimento individual de impotência face ao carreiro maioritário, ao desenho previsível das coisas, a um futuro colectivo que lhe parece inelutável e onde, sobretudo, domina o gosto comum da população, não raro disseminado pelas elites e por estas defendido. Este terceiro momento paradigmático é não raro vivencialmente sofrido pelo intelectual português segundo um cunho penitencial, no sentido de, sabendo-se de gosto e visão diferentes das da maioria da população, uma autocondenação ou autoculpabilização por não conseguir esclarecer e rectificar o gosto comum do país, amargurando-se e penalizando-se interiormente, transformando o seu afastamento dos centros decisórios em um verdadeiro degredo ou exílio.

Sá de Miranda abandonou Lisboa e Coimbra, a corte e a nobreza senhorial, assumindo conscientemente que só assim, exterior aos centros corruptos e corruptores do pensamento, poderia construir a sua obra poética. Como referimos, esta atitude individual de Sá de Miranda – o primeiro intelectual português a viver existencialmente os três momentos referidos – comporta uma dimensão universalizante no seio da cultura portuguesa, já que, em outros tempos, outras conjunturas históricas e por via de outros condicionamentos sociais e individuais, a sua atitude evidencia-se paradigmática, repercutindo-se na existência de inúmeros outros intelectuais portugueses: Matias Aires, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Manuel Laranjeira, Teixeira de Pascoaes, Sampaio Bruno, José Régio, Almada Negreiros, António Sérgio, Sílvio Lima, de certo modo Joaquim de Carvalho, José Marinho, Miguel Torga..., e sobretudo Fernando Pessoa, que, na sua última dezena e meia de anos de vida, transfigurou Lisboa, principalmente o quarteirão da “Baixa”, em terra de exílio interno e interior. A vida de Fernando Pessoa, pós-escândalo de Orpheu (1915), figura-se como máximo exemplo desta vertente existencial do intelectual português.

Deste modo, um dos mais importantes núcleos de autores verdadeiramente criador de inúmeras obras de maior relevância na cultura portuguesa viveu e sobreviveu contra e paralelamente às formas institucionais e conjunturais dominantes da cultura portuguesa. De Matias Aires, refugiado nos últimos anos de vida na sua quinta da Aqualva (Cacém), a Alexandre Herculano, refugiado em Vale de Lobos, a Manuel Laranjeiro, vivendo uma existência céptica e pessimista em Espinho, escrevendo uma obra amargurada que rápido o conduziu ao suicídio, a Teixeira de Pascoaes após o abandono da direcção de *A Águia*, acolhido em Gatão, e a José Régio e Miguel Torga, recolhidos em Portalegre e Coimbra. Entre todos, distinguem-se Antero de Quental e Fernando Pessoa, o primeiro revolucionando poética (“Questão do

Bom Senso e do Bom Gosto”), cultural (as “Conferências do Casino”) e politicamente (ligação portuguesa à Internacional dos Trabalhadores e fundação do Partido Socialista) Portugal, concluindo pela existência de um bloqueamento institucional que feria de morte todos os que ousavam afrontar as instituições portuguesas dominantes, isolando-se, peregrinando por várias terras, terminando por suicidar-se um ano após a derradeira tentativa de reformulação de Portugal através da criação da Liga Patriótica do Norte; o segundo, após o fracasso total dos dois números publicados de *Orpheu*, não se suicida fisicamente, como o seu íntimo Mário de Sá-Carneiro, mas “suicida-se” socialmente, vagueando por quinze quartos alugados em vinte anos de existência solitária, embebedando-se dia a dia de aguardente e poesia, morrendo pouco depois de ter dado à estampa uma nova visão da história de Portugal através dos versos de *Mensagem* (1934). Antero interiorizou a decadência de Portugal, que sabiamente tinha analisado em 1871 em *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, forçando a sua decadência pessoal, maravilhosamente registada no volume dos *Sonetos*, e Pessoa, do mesmo modo a sentindo desde o seu regresso da África do Sul aos dezassete anos, incorporou-a num arrastamento de intelectual solitário, abdicando de vida pública, vivendo como se para tudo não existisse excepto para a sua obra. Constituem, Antero e Pessoa, os dois maiores exemplos da primeira vertente existencial do intelectual português.

3. Agostinho da Silva como o arquétipo do intelectual português exteriorizante

A vida de Agostinho da Silva obedece a uma outra vertente – a da opção pelo exílio externo após o conflito registado entre a visão pessoal do autor e a visão colectiva gravada com o selo do poder institucional. Sendo o paradigma o mesmo, existe igualmente um primeiro compromisso activo com Portugal, uma vontade de conversão das instituições e das pessoas no sentido perspectivado pelo intelectual português, habitualmente expressa na primeira fase da sua obra, como aproximação ou contestação (ou as duas) das instituições dominantes; rápido, a insatisfação cultural ou política (ou as duas) vai crescendo galopantemente, emerge o choque, circunstancial ou premeditadamente acontecido, o intelectual sofre amargamente os efeitos deste choque, é afastado ou afasta-se (ou as duas hipóteses), silencia-se ou é silenciado, as portas fecham-se-lhe, quer publicar, não lho consentem, quer ensinar, proibem-no, é marginalizado ou é preso e deportado, é exilado ou exila-se voluntariamente. De qualquer que seja a forma, quaisquer que sejam as circunstâncias

individuais, o exílio torna-se o seu destino pessoal, sofrendo duplamente a amargura de uma pátria a seus olhos torta e incorrigível (como os intelectuais da primeira vertente) e a amargura da ausência desta, duplo húmus donde frutificará a sua obra posterior, cruzando e unindo o lirismo melancólico motivado pela ausência da pátria ao revolucionarismo cultural das suas ideias de endireitamento da história de Portugal. Ao exílio (externo) acresce, não raro, um exílio interior, psicológico, elevando as múltiplas carências económicas sofridas e a consciência da insatisfação pessoal à figura de um calvário resignado como resgate do estado decadentista de Portugal.

O exílio externo (na Europa ou peregrinando nos longes do Império) tem sido, desde o século XVI, a marca mais pertinente do intelectual português. Uns, não deixando de se preocupar com Portugal, desinteressam-se do destino político deste, buscando no estrangeiro ou na solidão do Império a realização da sua obra numa atmosfera social mais propiciatória: Garcia d'Orta, Francisco Sanches, Camões, o padre jesuíta Inácio Monteiro e Manuel Teixeira-Gomes, mas também Damião de Góis, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Valadares, Fidelino de Figueiredo, Manuel Rodrigues Lapa, Fernando Gil, bem como inúmeros pintores portugueses do século XX exilados em Paris e Londres (Vieira da Silva, Paula Rego, Lourdes de Castro, Costa Pinheiro, René Bertholo, Jorge Martins, Dacosta...).

Outros, representados pelos casos modelares de Cavaleiro de Oliveira, Bocage, Eça de Queirós, Jorge de Sena, José-Augusto França e Eduardo Lourenço, intentam, segundo o seu múnus estético, descrever com realismo o “Reino cadaveroso” e a “vil e apagada tristeza” dominante em Portugal. Constitui este grupo o exemplo do mais impiedoso intelectual português, cuja obra analisa, ao bisturi do realismo da sua época, o conjunto de malformações políticas e culturais que concorrera para enfermar Portugal de um secular atraso relativamente aos países da Europa Central. Entre todos, a obra de Eça de Queirós constitui-se como a mais relevante desta vertente do paradigma do intelectual português.

Finalmente, ainda no campo do exílio externo, emerge o intelectual que exprime na sua obra, não o Portugal do presente, o Portugal por si vivido, mas o Portugal desejado, reflexo de um passado glorioso, agora actualizado e projectado num Portugal futuro, pelo qual o intelectual luta, dedicando-lhe a sua existência. António Ribeiro Sanches, Jacob de Castro Sarmiento, D. Luís da Cunha, Luís António Verney, Teodoro de Almeida, no campo do racionalismo e do modernismo europeus, e Padre António Vieira e Agostinho da Silva, no campo do espiritualismo e do providencialismo genuinamente portugueses, constituem-se como as mais importantes figuras deste tipo de intelectual. Ainda que de pro-

veniências filosóficas e culturais diferentes e, até, contraditórias, todos comungam de um desejo de redenção futura da pátria, de crítica e de subversão das instituições dominantes, substituindo o Portugal real pela projecção histórica de momentos exaltantes do Portugal passado, fundindo o conteúdo destas duas dimensões do tempo na realização futura de um novo e glorioso Portugal. Se, no campo do racionalismo, Luís António Verney se evidencia como a personificação deste tipo de intelectual português, padre António Vieira e Agostinho da Silva, no campo da tradição providencialista, assumem ambos idêntica personificação, o primeiro por via do majestoso e imperial uso da Língua Portuguesa, o segundo por via da criação, em plena época de dominância do materialismo e de onnipotência do dinheiro, de uma alternativa espiritualista para Portugal, ambos sendo, simultaneamente, pensadores do Império, o primeiro de um Império territorial, militar e religioso, o segundo de um Império cultural e espiritual.

Fundado nas obras de Camões, Padre António Vieira e Fernando Pessoa, entroncado na visão milenarista europeia e na visão nacional sebastianista, a obra filosófica e cultural de Agostinho da Silva constituiu-se como uma das mais fundas e permanentes alternativas especulativas ao domínio institucional do racionalismo, do cientifismo e do positivismo europeus, que têm maioritariamente influenciado a cultura portuguesa desde os finais do séculos XVIII, e corresponde, decerto, a uma especificidade cultural portuguesa desde a lenda da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques na batalha de S. Mamede e, sobretudo, desde a criação de as *Trovas* de Bandarra e da derrota nacional em Alcácer-Quibir, em 1578. Subtraído deste circunstancialismo histórico e elevado a esquema mental universalizante, o providencialismo português, de que Agostinho da Silva foi máximo representante na segunda metade do século XX, alimenta e personifica-se nas obras dos três maiores escritores de língua portuguesa (Camões, António Vieira e Fernando Pessoa), gozando igualmente de amplo privilégio nas obras de D. João de Castro neto, frei Bernardo de Brito, frei Sebastião de Paiva, Teixeira de Pascoaes, Sampaio Bruno, Augusto Ferreira Gomes, António Quadros, António Telmo, Dalila Pereira da Costa, Manuel Joaquim Gandra, e, de certo modo, Paulo Borges, mas também, numa vertente laica e vanguardista, do último António José Saraiva. O providencialismo não é, em Portugal, exclusiva e intrinsecamente religioso; pelo contrário, as diversas revoluções que, de cinquenta em cinquenta anos, o país tem sofrido desde 1820 comportam sempre – e exultantemente –, uma vertente sagrada e escatológica, de fundo providencialista e milenarista, pela qual os seus dirigentes e participantes sonham ser a “hora!” ou o momento mítico refundador ou recriador do mundo, como se de novo se instaurasse o momento colectivamente pulsional das Descobertas ou se

definitivamente se instaurasse o Portugal que nunca houve. Nesta vertente da cultura portuguesa, Agostinho da Silva estabelece a ponte, por um lado, entre o providencialismo clássico de Camões e padre António Vieira, o primeiro fundado em parâmetros medievais e renascentistas e o segundo em parâmetros bíblicos e missionários, ambos postulando um quinto-imperialismo das armas e das consciências, o providencialismo poético de Fernando Pessoa e Augusto Ferreira Gomes da primeira metade do século XX, fundado já num quinto-imperialismo da língua e da cultura, e, por outro lado, a nova geração do grupo da “Filosofia Portuguesa”, reunida em torno das revistas *57* e *Espiral*, a que posteriormente se ligará o estro individual de Dalila Pereira da Costa.

Fontanelas, Sintra, 15 de Outubro de 2006

Resumo

A vida e a obra de Agostinho da Silva sintetizam, na segunda metade do século XX, uma das correntes mais profundas da cultura portuguesa. Nascidos na oposição ao poder político, os intelectuais portugueses dividiram-se em dois grupos: 1- a auto-interiorização, o isolamento dos intelectuais portugueses no interior do país, vivendo em solidão, desfrutando de uma *aurea mediocritas*, este grupo específico criou um grande trabalho, que será recuperado pelas futuras gerações; 2 – os intelectuais mais ativos, vivendo no exílio, sofrendo a decadência da terra-mãe, projetaram para o futuro a salvação da pátria, por meio da retificação dos grandes momentos históricos do passado, tal qual Agostinho da Silva o faz.

Palavras-chave: Agostinho da Silva; Cultura Portuguesa; intelectuais.

Abstract

Agostinho da Silva's life and work synthesize, in the second part of the twentieth century, one of the two deepest streams of Portuguese culture. Born in political opposition, Portuguese intellectuals were divided in two groups: 1 – the self interiorization group, of intellectuals living in isolation in the countryside, enjoying an *aurea mediocritas*, who have created a great work to be recovered by future generations; 2 – the most active intellectuals, living in exile, suffering because of their motherland's decadence, who designed a future salvation for their nation through the revival of great historical moments, as did Agostinho da Silva.

Keywords: Agostinho da Silva; Portuguese Culture; Intellectuals.